

Violência contra a mulher: uma proposta para o debate social a partir da redação do ENEM

Gislaine Oliveira Rodrigues

André Luiz Souza-Silva

Resumo: No presente artigo, temos o objetivo de apresentar uma proposta de ensino valorizando não apenas o aspecto linguístico-textual, mas também a perspectiva de cunho social, problematizando a violência contra a mulher visando à redação do Enem. Sabemos dos altos índices de violência contra a mulher e seus tipos, bem como os altos números de feminicídio, logo, nos propomos a trabalhar essas problemáticas em sala de aula pensando no aluno como um agente de transformação social. A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando de referências bibliográficas com base em um caráter propositivo. Para tanto, desenvolvemos uma sequência pedagógica que visa uma contribuição para os docentes atuantes no Ensino Médio da educação básica. Desse modo, propomos o trabalho conjunto entre escrita e leitura associado ao tema social objetivando não apenas o Enem, mas um paradigma social extremamente atual e importante, uma vez que a escola pode ser espaço de discussão para diversas temáticas em conflito na sociedade, acreditando em uma contribuição positiva na vida do aluno enquanto cidadão, por meio do ensino.

Gislaine Oliveira Rodrigues. Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual da Paraíba.

André Luiz Souza-Silva. Mestrando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
<https://orcid.org/0000-0002-3560-9129>

Palavras-chave: Língua(gem). Ensino. Redação do Enem. Violência contra a mulher.

Violence against women:

a proposal for social debate based on the ENEM wording

Abstract: In this article, we aim to present a teaching proposal valuing not only the linguistic-textual aspect, but also the social perspective, problematizing violence against women, aiming at writing the Enem. We are aware of the high rates of violence against women and its types, as well as the high numbers of femicide, therefore, we propose to work on these issues in the classroom, thinking of the student as an agent of social transformation. The research is qualitative in nature, using bibliographical references based on a propositional character. For this purpose, we developed a pedagogical sequence that aims to make a contribution to teachers working in secondary education in basic education. Thus, we propose the joint work between writing and reading associated with the social theme, aiming not only the Enem, but an extremely current and important social paradigm, since the school can be a space for discussion for several themes in conflict in society, believing in a positive contribution to the student's life as a citizen, through teaching. **Keywords:** Language(gem). Teaching. Writing of the Enem. Violence against women.

Introdução

Dariamente, assistimos aos jornais e vemos o quanto a violência contra a mulher persiste, apesar de estarmos em pleno século XXI, algo que torna-se importante ser tratado. O ensino de Língua

Portuguesa nos oferece espaço para trabalhar questões sociais presentes na atualidade, uma vez que a linguagem está presente em tudo e exerce papel social, visto que através dela podemos expressar pensamentos, comunicarmo-nos e interagirmos.

Dito isso, aliaremos leitura e escrita de textos à temática violência contra a mulher, a escolha dessa temática consideramos de extrema importância visto que é um tema atual, logo interligamos ao Enem, pensando no desenvolvimento do aluno em uma proposta pedagógica que possa contribuir com o processo de ensino/aprendizagem. Assim, neste trabalho, propomos uma sequência pedagógica alinhando a redação do Enem com a temática violência contra a mulher para refletir sobre o ensino de linguagem e a necessidade de uma educação que viabilize a construção da cidadania no contexto escolar.

Nosso objetivo é apresentar uma proposta de trabalho com a escrita, especificamente da redação do Enem, trabalhando numa perspectiva de cunho social, levando o discente à reflexão sobre o tema em questão, tendo em vista formar um cidadão que atue como agente de transformação em uma sociedade ainda machista, bem como se atentar para as questões linguísticas do texto. Nesse sentido, temos como objetivos específicos: i) compreender a relevância de um ensino de linguagem que contribua para a cidadania por meio da temática *violência contra a mulher*; ii) refletir sobre o ensino da redação do Enem para além da avaliação; iii) analisar questões textuais relacionadas ao tipo dissertativo-argumentativo e ao gênero redação de Enem.

Sobre a temática, consideramos uma pauta importante de se tratar, visto que os números de agressão à mulher são alarmantes. Segundo o *Portal G1*, só em 2020, o Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra a mulher. A violação acontece de diversas formas, podendo ser física, psicológica, verbal, sexual e geralmente acontece no seio familiar, por isso, a notoriedade de explicitar o tema na fase escolar, visto que podemos e devemos trabalhar mediante unidades textuais e discursivas diversas.

Trabalharemos numa perspectiva funcional da língua, destacando as postulações de autores como Antunes (2007, 2009) e Marcuschi (2008); no campo educacional, Louro (1997) – respaldando apontamentos relevantes de documentos oficiais como as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM)* e os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual (PCN)* para nos direcionar em relação ao currículo da disciplina de Língua Portuguesa, entre outros/as autores/as.

Na proposta, iremos trabalhar a temática aliada a alguns gêneros textuais e à tipologia dissertativa-argumentativa, para que ao final da proposta o aluno do ensino médio tenha condições de escrever seu texto, configurando sua produção textual para além dos trâmites de avaliação, considerando que estará escrevendo sobre um tema previamente refletido e que tem alta importância social.

O presente trabalho segue um plano organizacional em três seções, após esta introdução. Na seção seguinte, trataremos da problematização do ensino de língua ancorado ao tema social, buscando diálogos significativos. Na segunda seção, trabalharemos a questão de leitura e escrita em uma perspectiva funcional.

E, na terceira seção, daremos início à discussão sobre a proposta pedagógica, com materiais pensados para o público-alvo da 2ª série do ensino médio. Por fim, as considerações finais, seguidas das referências que ancoram nossas reflexões e proposições.

A “violência contra a mulher” e o ambiente escolar: um tema relevante

A educação tem papel muito importante diante da formação do sujeito e a interação que há no ambiente escolar é de extrema importância, pois sabemos que através dela há o contato com novas possibilidades de ver o mundo. Conforme Goulart (2013), “a educação escolar é um processo mediante o qual o aprendiz, seja ele criança, adolescente ou adulto, constrói o conhecimento na interação com outras pessoas.” (p. 199). Logo, a problematização de um tema em sala de aula possibilita a aprendizagem, uma vez que há interação com outras pessoas, despertando a criticidade, o poder de argumentação, a construção do conhecimento. Quando há a discussão de problemas da vida real, a educação se torna mais efetiva e significativa.

Os professores de língua portuguesa têm um papel importante nessa formação, podendo utilizar de diversos temas para trabalhar manifestações da linguagem, sejam linguísticas ou literárias, tendo então liberdade para explorar diversos assuntos. Como aponta os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (BRASIL, 2006b), a disciplina de língua portuguesa deve formar o aluno para além da sala de aula, deve-se formar um sujeito

crítico com entendimento de múltiplas expressões linguísticas sendo um leitor efetivo, preparando o alunado para as diversas situações seja na escola, na família e/ou em sociedade, formando um cidadão multiletrado.

Nesse sentido, a temática “violência contra a mulher” se faz importante em sala de aula, pensando no discente diretamente como agente de mudança em nossa sociedade que atualmente é bastante machista, desvaloriza a mulher e ignora os índices de agressões, também considerando que os mesmos levarão ensinamentos, possibilitando a discussão no contexto familiar e entre amigos.

Consideramos a violência contra a mulher como um problema social, latente em nossa sociedade, assim dizem os números estaduais, na Paraíba, Estado em que residimos; e também os números nacionais, portanto tais dados partem da nossa realidade. Assim, segundo dados do *Portal G1*¹, o Brasil registrou 105.821 denúncias de violência contra a mulher no ano de 2020, na Paraíba, em média, 10 mulheres são agredidas diariamente. Com esses dados alarmantes, consideramos também os casos que não são denunciados e ficam no anonimato. Então, a discussão é necessária para que o discente não venha a tratar esse tema com normalidade, compondo a sociedade de modo mais atuante e ativo no que se refere aos direitos das mulheres. Afinal, após a conclusão dos estudos na Educação Básica, os discentes continuam exercendo funções em sua vida que vai além do contexto escola, como cidadão.

1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contramulher-em-2020-pandemia-e-fator-dizdamares.ghtml>>. Acesso em 15/09/2021.

Dessa forma, percebemos a relevância do ensino além da gramática, além das questões da norma padrão, além dos simulados, pois como cita Antunes (2007): “a vida, em toda sua abrangência social e política, pulsando em cada sujeito, é que é o alvo da escola”. Então, se o alvo da escola podem ser as questões sociais e políticas que circulam no nosso dia a dia, temos a autonomia de trabalhar esses aspectos extralinguísticos e utilizá-los de forma estratégica, trazendo a temática com o texto, com a gramática, com a literatura, tornando cada vez mais estreitos os laços das questões políticas, sociais e relativas à língua(gem), possibilitando um ensino plurissignificativo.

A nossa proposta de trabalhar o tema violência contra a mulher se faz necessária, visto que percebemos atitudes machistas em sala de aula e fora dela, diariamente são registrados inúmeros casos de agressões contra a mulher, sejam elas físicas, verbais ou psíquicas, por isso, relevante trabalhar questões da agenda feminista e cumprir o dever social de educar os alunos para uma sociedade integra, justa e igualitária. Segundo Schmidt (2015, p. 293):

[...] mais do que necessidade, em última instância, o momento presente aponta para a urgência do feminismo, se considerarmos as profundas desigualdades com que não cessamos de nos deparar e a constante necessidade que temos de criar estratégias de enfrentamento.

Nesse intento, a escola é uma agência social que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sadia, bem como propiciar um outro olhar para o que se refere à mulher e

às pautas feministas, vendo a mulher não mais como aquela pessoa subordinada e sem voz, como era imposto, mas ativa e com autoridade, ocupando o espaço que ela desejar, como cita Louro (1997, p. 113):

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais. A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes.

Posto isso, a pedagogia feminista utilizada como uma ferramenta para trabalhar questões relativas ao feminismo, aos estudos dos gêneros e com a interação de todos, não há apenas uma pessoa que detém a voz do conhecimento, mas todos participam de forma igual para que haja interação, tornando a aprendizagem mais efetiva. Como docente, temos o compromisso de transformar o meio em que atuamos, com práticas igualitárias, em que o discente tem a voz ativa para juntos construirmos um espaço democrático.

Há uma diversidade de estudos a serem explorados e que podem contribuir significativamente junto ao currículo sistemático. Na literatura, temos grandes autoras e temas relacionados ao feminismo, o que nos proporciona um leque maior no que se refere a conteúdo e propostas, em uma configuração efetiva do en-

sino, de forma que há uma ligação entre uma temática de grande valor social e o estudo da própria língua(gem). Inclusive, indicamos a proposta de letramento literário idealizada por Oliveira (2020), com a finalidade de os alunos refletirem sobre o processo de escrita feminina, bem como suas dificuldades, conquistas e resistências, partindo da leitura de crônicas de Conceição Evaristo e Clarice Lispector.

Nesse contexto, as mulheres usaram da escrita para expressar todo o movimento que entrou em grande expansão em 1968, na França, Alemanha, Rússia, Estados Unidos. Nos estudos relatam toda sua submissão e seu papel subalterno, imposto por toda uma sociedade, e não só isso, mas também sobre a vida feminina. Assim, tratar de pautas da agenda feminista tem significado positivo, pensando no estudante como agente de transformação em sua comunidade, em seu meio, defendendo que a mulher ocupe o espaço que ela tenha vontade, com liberdade, autonomia e integridade.

A inserção do tema transversal *orientação sexual*² no contexto escolar

A área de língua é de fundamental importância na trajetória da educação básica, nela trabalhamos produção textual, análise linguística, leitura, oralidade etc., competências e habilidades que são essenciais para o estudante em sua trajetória de letramento.

2. Este é um dos temas transversais contemplados pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, suas proposições contemplam as discussões em torno de orientação sexual e identidade de gênero. Neste artigo, consideramos pertinente apontar a o que o documento em questão aponta sobre papéis sociais de gênero.

Dessa forma, o professor de língua portuguesa deve buscar capacitar o/a discente para que possa concluir a educação básica apto para escrever e ler de modo proficiente. Ao tratarmos especificamente do Ensino Médio, nas OCEM, determina-se o seguinte:

[...] as ações realizadas na disciplina Língua Portuguesa, no contexto do ensino médio, devem propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto a ampliação contínua de saberes relativos à configuração, ao funcionamento e à circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem (BRASIL, 2006a, p. 18).

Nesse momento, vamos voltar nosso trabalho ao ensino da língua, trabalhando a noção de texto de forma panorâmica, considerando que se manifesta por meio de diferentes linguagens, pois como afirma Antunes (2007, p. 55): “[...] a linguagem tem como objeto de significação as coisas que compõem a realidade, seja ela a realidade experimentada externamente, seja a outra sentida internamente, desejada, projetada, simulada”. Dessa forma, o texto será exposto em sala de aula com o objetivo de trabalharmos diferentes questões, indo além das manifestações estritamente linguísticas.

Na questão da diversidade presente na escola e fora dela, bem com a pauta feminista, é de suma importância trazer esse tema em virtude de que são alunos do Ensino Médio prestes a sair da escola e enfrentar a faculdade, o mercado de trabalho, nesse momento, poderão lidar diretamente com mulheres líderes, mulhe-

res que podem ocupar cargos elevados, mulheres universitárias, e então vem a importância de entender a igualdade galgada pela agenda feminista, mesmo que esta, muitas vezes, seja ignorada por diferentes setores da sociedade.

Sobre a questão de identidades de gênero e igualdade, os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual* orientam que desde o ensino fundamental deve haver um trabalho de conscientização a respeito da identidade de gênero nesse aspecto:

No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga (BRASIL, 1998, p. 44).

Desde o Ensino Fundamental, é importante deixar de lado os rótulos no que concerne aos gêneros, o papel do homem e mulher são construídos socialmente e não algo inato, em que a mulher que cuida da casa e o homem é o que ocupa grandes cargos, esses papéis são atribuídos social e culturalmente, nos oportunizando pensar sobre a territorialidade que envolve o corpo das mulheres, bem como seus conflitos e relações de poder, conforme Souza (2018).

No Ensino Médio, a BNCC dá um direcionamento de escolha livre de temas para o ensino, contendo os diversos de tipos de campos a serem expostos, como o pessoal, político etc. Se, no Ensino Fundamental, os alunos estão em processo de formação de conceitos e maturidade, no Ensino Médio, já podemos observar maior maturidade, por isso as demandas de tema propostos se tornam mais livres. Como aponta a BNCC, no Ensino Médio:

[...] ganham destaque as condições de produção dos textos legais, sócio e historicamente situados e, em última instância, baseados nas experiências humanas, formulados com vistas à paz social. A discussão sobre o Estatuto da Juventude e seu cumprimento e a análise e produção coletiva de projetos de lei também são postos em evidência (BRASIL, 2017, p. 494).

A BNCC aponta uma certa autonomia para o docente, podendo dessa forma escolher uma temática para trabalhar as questões relativas ao componente, bem como aponta direcionamentos para estratégias de ensino, como a produção de textos seguindo temáticas baseadas nas experiências humanas, nas artes, propõe também a utilização de diversos gêneros, como mídias, vídeos, que fujam dos tradicionais.

Na pesquisa de Cavalcante (2014) - *Por uma escola plural: a diversidade de gênero e sexual na perspectiva multicultural* – o autor cita o multiculturalismo presente na escola, há uma grande diversidade em sala, logo é interessante para o professor trabalhar com essas diferenças existentes, respeitando os valores, religião e cultura de cada um, mas trazendo para sala

essas questões, principalmente no que concerne à compreensão de gênero – sendo distinto de sexo – visto que todos precisam ser aceitos e respeitados em sua subjetividade, como diz Cavalcante, seja o discente gay, hétero, branco, negro, rico, pobre, é um dever da escola possibilitar a inclusão e promoção da pluralidade.

Seguindo no Ensino Médio, os alunos já estão com preocupações secundárias à escola, de que forma irão seguir após os estudos? Por essa razão, o professor atua como um agente social, transformando o ensino em algo que rompe com os muros da escola e busca forjar um cidadão que cumpre os seus deveres e sabe dos seus direitos, visando uma sociedade mais justa e íntegra.

A leitura e a escrita numa perspectiva social

Podemos considerar a área de linguagens e códigos de forma bastante atuante no dia a dia, pois lemos e estudando através de textos de diferentes linguagens e independente da área que o discente irá seguir, é preciso dominar aspectos concernentes à língua, pois auxilia no domínio da produção textual, normas gramaticais, oralidade, leitura, bases necessárias para o discente viver em sociedade de modo significativo. Dessa forma, o professor de língua portuguesa deve capacitar o discente para que ele possa concluir essa etapa da Educação Básica apto para escrever e ler, de modo proficiente em meio às atividades que envolvam tais competências. Sobre essas questões no Ensino Médio, as OCEM determinam o seguinte:

[...] as ações realizadas na disciplina Língua Portuguesa, no contexto do ensino médio, devem propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto a ampliação contínua de saberes relativos à configuração, ao funcionamento e à circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem (BRASIL, 2006a, p. 18).

Dessa forma, é interessante um trabalho conjunto entre fala e escuta, leitura e produção textual para melhor rendimento do discente. O professor de língua pode utilizar múltiplos materiais para trabalhar essas competências. Podemos considerar a leitura alternada entre alunos, seminário, escrita e reescrita para a prática em sala, pois a partir de estratégias como essas podemos observar o desenvolvimento do aluno. Sobre o domínio da leitura e escrita, Libâneo afirma:

[...] tarefa que percorre todas as series escolares, é a base necessária para que os alunos progridam nos estudos, aprendam a expressar suas ideias e sentimentos, aperfeiçoem continuamente suas possibilidades cognitivas, ganhem maior compreensão da realidade social (LIBÂNEO, 2013, p. 43).

Pensando numa perspectiva social, incitaremos em nossa proposta o estudo da temática, com interesse não apenas na escrita sem precedentes, mas com um assunto que é relevante num contexto sociopolítico. Para tanto, há a possibilidade de o professor intervir na prática de ensino por meio de textos, e a partir deles trabalhar as diversas questões gramaticais, não se fechar nesse

parâmetro apenas de gramática tradicional e normativa, mas possibilitar o ensino de gêneros textuais, por exemplo, ao ensino de orações subordinadas e configurar em toda sequência uma temática que seja do interesse da turma de acordo com a suas particularidades, identificando o papel de tais orações para a progressão temática e outras textualidades.

O texto dissertativo-argumentativo para além do ENEM

Vivemos em um mundo repleto de textos, do mais variados tipos e gêneros, cumprindo as mais diversas funções comunicativas. A tipologia dissertativa-argumentativa é usada em diversos contextos e funções. No gênero reportagem, podemos ver o autor se pronunciar a respeito dos fatos, quando há o posicionamento, podemos perceber o seu tipo textual. Os tipos textuais são poucos, mas os gêneros infinitos, conforme Marcuschi (2010, p. 23, grifos do autor) explica bem a definição de gênero e tipo textual, definindo-os da seguinte forma:

a) Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

b) Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa diária e que apresentam *características*

sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gênero textual seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete [...]

Ao vermos essas definições, podemos compreender o quão inúmeros são os gêneros textuais e como as tipologias são finitas. Em um texto, podemos perceber qual a tipologia através dos seus aspectos linguísticos, sintáticos, lexicais, já os gêneros pela sua função, meio de circulação, estrutura, estilo e temática. Optamos trabalhar com a tipologia dissertativa-argumentativa em vista de que, no Ensino Médio, esta tipologia proporciona uma série de aspectos positivos, como o *Exame Nacional de Ensino Médio* (ENEM), o qual solicita uma escrita dessa tipologia textual, de forma que também possamos explorar diferentes aspectos linguísticos e extralinguísticos, focando não apenas na escrita, mas no processo de leitura e interação com gêneros voltados para a temática da violência contra a mulher, por exemplo.

A cada ano, o Enem tem uma temática social diferente para ser tratada na redação. Em 2015 o tema proposto foi *A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira*. No entanto, como percebemos 6 anos após, o tema continua sendo de extrema, uma vez que o Brasil ocupa atualmente o 5º lugar mundial de feminicídio³.

3. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/o-que-e-a-violencia-domestica-e-o-femicidio>>. Acesso em 19/09/2021.

Para a argumentação, é necessário ter conhecimento prévio a respeito daquilo que irá escrever, não só da estrutura textual, mas do objeto em pauta, dessa forma, é interessante que o discente, na posição de escritor, busque informações a respeito da temática e também textos com características iguais às da tipologia e gênero que irá escrever. Antunes (2009) defende essa mesma posição ao dizer que devemos encher nossa cabeça de ideias, ampliar o nosso repertório de informações para que a nossa percepção amplie, dessa forma a escrita fluirá.

Sobre o gênero de Redação do Enem, temos características bem específicas. A principal característica diz respeito as competências exigidas e a partir delas vem o critério de correção do exame: dominar a escrita formal, não fugir do tema proposto, interpretar e relacionar fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista, conhecer mecanismos linguísticos que operem na progressão e argumentação textual e respeitar os direitos humanos, competências com peso de 200 pontos cada.

Na pesquisa de Silva (2018) – *Ensino do gênero redação/dissertação escolar: por uma escrita autoral e funcional* – há uma proposta de intervenção de caráter online da redação escolar, usando o *Facebook* para que os alunos ao final pudessem publicar seu texto, afinal, eles usam diariamente as mídias sociais para outros fins, utilizar dessas ferramentas para o ensino faz com que a escrita seja com mais entusiasmo visto que seu texto será lido por outras pessoas, por esse motivo, o cuidado com a escrita. A pesquisa foi executada em uma escola pública no Estado da Paraíba no município de Arara, o pesquisador traz questiona-

mentos acerca da escrita de textos feitos de forma tradicional e mecanicamente na escola, tendo em vista que eles não chegam a circular socialmente.

A proposta foi elaborada pensando na escrita e reescrita até que o texto fosse publicado, gerando um incentivo maior, visto que o texto seria lido por outras pessoas, a relação entre aluno/a e professor/a também foi dada de forma mais positiva e menos hierárquica, tendo em vista que o aluno teve maior protagonismo em sala.

Foi constatado, ao final do estudo de Silva (2018), uma maior preocupação do aluno em escrever seu texto da melhor forma, fazendo mais pesquisas em sites que ajudam na escrita, dicionários, logo uma interação bem maior em relação às práticas tradicionais, fazendo o texto cumprir sua função social, algo que vai além das notas, das cadernetas e dos muros escolares.

Da caracterização metodológica à proposta pedagógica

O professor pesquisador está sempre atento em sala de aula às necessidades e aquilo que pode transformar o ensino/aprendizagem em algo mais efetivo. Dialogando com Bortoni-Ricardo (2008), o professor pesquisador constrói e aperfeiçoa teorias sobre a organização social e cognitiva em sala, com intuito de promover um ensino cada vez mais eficaz. Sobre o professor pesquisador, Bortoni-Ricardo (2008, p. 46) cita que:

O professor pesquisador não se vê apenas como um usuário de conhecimento produzido por outros pesquisadores, mas se propõe também a produzir conhecimentos sobre seus problemas profissionais, de forma a melhorar sua prática [...] Para isso, ele se mantém aberto a novas ideias e estratégias.

Como visto, o professor pesquisador está sempre buscando inovações e estudando a respeito de possíveis problemas em sala de aula. Dessa forma, o presente trabalho tem o intuito de trazer caminhos para o docente no que diz respeito à leitura e escrita numa visão mais ampla do termo, temos o objetivo de provocar no discente a criticidade em sua escrita, vendo-o como um cidadão, o qual irá analisar em sala a temática a ser utilizada na produção textual. Para tanto, nossas proposições e reflexões se fazem no escopo da pesquisa qualitativa, pois entendemos o seguinte: “[...] um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 60). Para tal, nossa pesquisa foi produzida a partir de recortes bibliográficos (GIL, 2008), pensando em uma proposta para alunos em processo de formação do Ensino Médio.

Nossa proposta pedagógica conta com cinco etapas, o docente estará livre para determinar a quantidade de aulas de uma cada uma delas, adequando-a melhor a turma que irá ser ministrada, bem como convidar para alguma aula especialistas de diferentes áreas, por exemplo, uma psicóloga para tratar a respeito da violência psicológica que a mulher sofre e que inclusive é crime, podendo convidar advogadas ou delegadas para palestras. Dessa forma, o professor sede espaço para outros agentes sociais colaborativos.

Os momentos terão o estudo da temática violência contra a mulher, através de vídeos, leitura de notícia e reportagem também sobre a temática, estudo do tipo textual que será produzido e logo em seguida a escrita inicial do aluno. Após a correção feita pelo docente, ocorrerá a reescrita e publicação do texto para que outros alunos também possam ter acesso aos textos, visando assim a funcionalidade do texto, visto que será lido por outras pessoas.

Etapa I – Contextualização

Iniciaremos nossa proposta com um vídeo intitulado como *Feminismo e igualdade de gênero no Brasil (2019)*, do canal GNT disponível no YouTube. No vídeo, há uma apresentação sobre o feminismo, sua importância e os diversos nichos existentes, por exemplo, o feminismo negro, indígena. Utilizaremos esse material como uma forma de informação inicial acerca da temática, visto que o feminismo está estritamente ligado à luta contra a violência à mulher.

Momento 1

Do vídeo, discutiremos com os alunos alguns pontos, entre eles, os dados nacionais e bastante alarmantes, sendo o Brasil o 5º país do ranking mundial de feminicídio, nada mais sugestivo para começar uma discussão acerca desse tema, afinal o nosso país é o 5º mais populoso mundialmente, no qual mais da metade da população é formada por mulheres. Logo, vem a importância

de trazer os homens para as discussões sobre gênero, pois são os agressores, dessa forma, deve haver conscientização, reflexão e transformação do comportamento, não porquê temos os alunos como agressores, mas por serem agentes de transformação numa sociedade majoritariamente machista.

Como bem sabemos, não conseguimos escrever sobre dados que não dominamos, dessa forma, o conteúdo que antecede a escrita funciona como um aporte teórico para que o discente produza o seu texto embasado em estatísticas reais.

Momento 2

O primeiro momento da nossa sequência de atividades é o estudo do feminismo por meio do vídeo “feminismo e igualdade de gênero no brasil” reproduzido em sala de aula.

Figura 01 – Imagem do documentário sugerido



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=otBS-EMOc9o&t=10s>>. Acesso em 14/09/2021

Ao termino, o professor poderá perguntar aos discentes o que mais chamou a atenção deles e se tinham conhecimento sobre o feminismo, bem como poderá debater acerca da importância desse movimento nos dias atuais.

No vídeo sugerido, temos dados, entrevistas, possibilitando ao professor um debate acerca sobre o que for visto. Como vemos na imagem anterior, as mulheres representam mais da metade da população brasileira, mas ainda assim sofrem com a desigualdade, pois os dados comprovam isso, como diz o vídeo, que apenas 15% das cadeiras no congresso são ocupadas por mulheres, um número bastante irrisório se compararmos com a quantidade de homens que ocupam os outros 85%. Outro dado relevante é o fato de a mulher ganhar 23% a menos que os homens. Logo de início entramos numa discussão: a igualdade realmente existe? Assim, abrimos espaço para os alunos se posicionarem em sala ao que se refere aos dados.

Em seguida, mais um dado alarmante a ser debatido, o Brasil é o 5º país no ranking que mais tem mulheres mortas. Podemos indagar aos alunos se as leis que protegem a mulher funcionam, como a Lei Maria da Penha, criada exclusivamente para protegê-las de agressões domésticas, podemos questionar também quais políticas públicas poderiam ser adotadas, quais posturas devem ser mudadas e como o feminismo pode mudar o procedimento de uma sociedade que tem profundas marcas de desigualdade quando se refere ao espaço da mulher. Como será livre a fala dos alunos para o debate, o professor poderá intermediar todo o diálogo a respeito.

Para tanto, sugerimos o estudo feito por Santos (2017) - *Manda nudes: o PL 5555/2013 e a exposição sexual de mulheres na internet* – em que nos mostra a fragilidade do PL 5555/2013 que visa a proteção da mulher no que tange ao uso de imagens íntimas expostas na internet sem o consentimento da vítima, conhecida como pornografia de vingança ou pornografia não consentida, sejam fotos ou vídeos, e as consequências que podem acarretar posteriormente, como depressão, perda de emprego e até mesmo o suicídio.

Foi notado que há fragilidades no julgamento desses casos, de forma que deve haver a reparação da vítima e a punição efetiva do agressor, o que não acontece de forma efetiva. Logo, se faz necessária a aplicação da pornografia de vingança ou não consentida no rol de condutas tidas como violência contra a mulher ou familiar para melhor proteção e efetividade no julgamento. Desse modo, o estudo propõe um diálogo entre as popularmente conhecidas leis Maria da Penha e Carolina Dieckmann, sendo um estudo relevante para a reflexão em sala de aula, oportunizando discussões sobre o contexto sociohistórico de tais leis, sobre a exposição de mulheres em redes digitais, onde a agressão à mulher migra para a cibercultura.

Posto isso, sugerimos que o docente entre num recorte mais específico para a produção dos alunos, destacando esse assunto que a cada dia se torna mais recorrente com a ascensão das redes sociais, podendo propor o seguinte tema: *A violência contra a mulher nas dimensões das redes sociais*.

Etapa 2 - Práticas de leitura

A leitura se constitui como uma prática democrática em nossa sociedade, através de leitura podemos adquirir conhecimentos em diversas áreas e temas. Atribuir apenas ao professor de Língua Portuguesa a tarefa de transformar o aluno em leitor não é algo que deve ser colocado em prática, professores das mais diversas disciplinas devem incentivar a leitura como algo importante no processo de formação do sujeito.

Como cita Antunes (2009, p. 192), “[...] entre escrita, leitura e escola se estabelece uma vinculação de interdependência tão forte que qualquer umas das três, necessariamente, leva às outras.”. Dessa forma, percebemos a ligação estreita entre esses três pontos, escola, leitura e escrita, considerando que um necessita do outro e os docentes, seja ele da área de língua portuguesa ou não, deve incentivar tais práticas.

Em nossa proposta, tomamos como necessário o trabalho com a leitura, uma vez que para escrita de algo é necessário o estudo prévio sobre tema, tipo e gênero textual. Nesse momento, analisaremos com a turma uma redação do Enem de nota máxima que cumpriu com os cinco critérios de avaliação e outra que teve nota alta, no entanto descumpriu alguns critérios. Dessa forma, vamos observar a importância de se analisar alguns textos que tem as mesmas características do que vai ser pedido na escrita da próxima etapa.

Momento 1

Iniciaremos com leitura em sala de uma reportagem e vamos relacionarmos através do conteúdo exposto ao vídeo fazendo um contraponto entre os dois, tendo em comum a temática presente nos dois, dessa forma, o docente poderá fazer uma ponte entre os conteúdos. O uso desses dois gêneros jornalísticos tem em comum a menção à realidade, o que diz muito sobre o cotidiano não só do aluno, mas da sociedade em geral, trazendo algo que faz parte da vida real, como também os gêneros conversam entre si, sendo um com áudio e imagens e outro com textos, trazendo a mesma temática.

Na reportagem escolhida, disponível na página *Jornal da USP* (2020), enfatizaremos alguns pontos importantes da reportagem que valem ser debatidos após a leitura completa que poderá ser feita de forma intercalada pelos discentes:

Figura 02 – *Printscreen* de manchete de reportagem em site



The image shows a screenshot of a news article from the website 'JORNAL DA USP'. The navigation bar at the top includes 'HOME', 'CIÊNCIAS', 'CULTURA', 'ATUALIDADES', 'UNIVERSIDADE', and 'INSTITUCIONAL'. The breadcrumb trail reads 'Home > Atualidades > Violência contra a mulher vai muito além da agressão física'. The main headline is 'Violência contra a mulher vai muito além da agressão física'. Below the headline is a sub-headline: 'A longo prazo, vítimas podem desenvolver traumas psicológicos, depressão e transtorno de ansiedade; a recomendação, diz Renata Abduch, é procurar a unidade de emergência mais próxima para receber cuidados necessários'.

Fonte: Disponível em <<https://jornal.usp.br/atualidades/violencia-contra-a-mulher-vai-muito-alem-da-agressao-fisica/>>. Acesso em 14/09/2021

A partir da reportagem, comentaremos que nela constam, como por exemplo, em 2018, 263 mil mulheres foram agredidas e denunciaram através a Lei Maria da Penha, lei que é responsável por proteger a mulher de agressões sofridas no âmbito familiar. Além do número espantoso, destacaram as formas de violências contra a mulher, que não se restringe apenas à agressão física e as sequelas vão muito além do que se imagina, como cita a médica Renata Abduch no texto, a vítima ainda sofre com stress pós traumática, problemas de auto estima e ainda pode recorrer ao uso de álcool e drogas. Logo, vemos o impacto que a agressão tem sobre a vida da mulher.

Após a leitura, perguntaremos aos alunos se conhecem alguma mulher que já foi agredida, se a agressão foi física, sexual, psicológica, verbal e se a agressão chegou a ser denunciada, logo, discutiremos sobre o que foi lido e relatado, transformando a aula em um espaço de reflexão sobre o alto número de violência e como podemos ser agentes de transformação.

Momento 2

Para o segundo momento, selecionamos duas redações, com temáticas diferentes, que obtiveram nota máxima no Enem, para serem analisadas as cinco competências exigidas no exame. As redações usadas são de temáticas diferentes para que observemos o uso dessas competências em textos de temas diferentes, principalmente, para auxiliar o discente nessa prática de análise

textual. A leitura será feita de forma coletiva em sala, podendo sugerir que seja lido por vários alunos em sala.

A primeira redação foi do ano de 2014 – *Publicidade infantil em questão no Brasil*⁴ – e a segunda do ano de 2015 – *A persistência de violência contra a mulher na sociedade brasileira*⁵. Utilizaremos trechos dessas redações para melhor compressão das competências. É importante que as redações sejam lidas integralmente em sala para melhor compreensão do sentido amplo do texto, em seguida sejam expostas as cinco competências do Enem, tendo o texto como objeto de reflexão.

A primeira competência é o uso formal da norma culta da língua portuguesa. Dessa forma, o aluno deve evitar o uso de aspectos da língua tidos como informais. Nesse critério, é importante obedecer à pontuação, concordância nominal e verbal, etc. Observamos nas duas redações o uso da linguagem formal, selecionamos um parágrafo da redação “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” (REDAÇÃO 01) para análise, no seguinte trecho:

A violência de gênero, conforme permanece a ser reproduzida, torna-se enraizada e frequente. **Concomitantemente, a voz** das mulheres **é** silenciada e **suas** manifestações **são** reprimidas, o que favorece o mantimento das atitudes misóginas (REDAÇÃO 01).

4. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/exemplos-de-redacoes-nota-1000-do-enem-para-voce-se-inspirar>>. Acesso em 18/08/2021.

5. Disponível em <<https://redacaonline.com.br/temas-de-redacao/tema-livre/194636>>. Acesso em 18/08/2021.

Percebemos, a partir dos itens em negrito, o uso da língua formal culta, obedecendo pontuação, concordância nominal e verbal, uso de conectivos, e itens lexicais mais monitorados, deixando assim um texto gramaticalmente adequado aos padrões solicitados.

Na segunda competência, é necessário entender a proposta da redação para não fugir da temática, se em sala de aula iremos solicitar o tema “violência contra a mulher”, faz-se necessário apenas o uso dessa temática no texto, podendo trazer outras pautas desde que estejam ligadas ao tema principal, como percebido nas redações levadas para sala, o qual tratam apenas da mesma temática em todo corpo do texto.

Podemos mencionar uma notícia, disponível no site da *Uol*, de uma redação do ano 2012⁶, na qual o aluno escreve dois parágrafos sobre o tema proposto, inicia uma receita de macarrão instantâneo, e em seguida volta para o tema, sua nota foi de 520 pontos, pois, apesar de desobedecer um critério, os outros foram obedecidos.

Já na terceira competência, exige-se a organização e seleção de informações corretas, baseada em dados reais, nada de achismo ou suposições. Na redação sobre publicidade infantil (REDAÇÃO 02), a autora cita:

[...] em abril de 2014, foi aprovada uma resolução que julga abusiva essa publicidade infantil [...] (REDAÇÃO 02).

6. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/19/candidato-escreve-receita-de-miojo-na-redacao-do-enem-2012-e-tira-nota-560.htm>

Logo, trazer dados como pesquisas, anos de acontecimentos históricos, estatísticas, deixará o texto mais rico. Inclusive, a própria prova disponibiliza, na folha da proposta, dados que valem ser mencionados na redação.

Conhecer o tipo textual dissertativo-argumentativo faz parte do quarto critério, portanto o texto deve ter uma estrutura de introdução, desenvolvimento e conclusão, bem como a proposta ao final como veremos a seguir.

Na redação sobre a violência contra a mulher, percebemos que se inicia com o contexto histórico, problematizando a desigualdade de gênero:

Permeada pela desigualdade de gênero, a história brasileira deixa clara a posição inferior imposta a todas as mulheres [...] (REDAÇÃO 01).

A partir daí, a autora contextualiza o que foi dito. No parágrafo seguinte, cita o filósofo Francis Bacon e o seu pensamento a respeito da ação humana, propondo-a como contagiosa, associando ao machismo, adiante a autora. No decorrer do texto, é mencionada a lei Maria da Penha e suas falhas:

[...] os veículos de comunicação pouco abordam a temática, enquanto o Estado colabora com a Lei Maria da Penha, nem sempre eficaz, e com unidades da Delegacia da Mulher, em número insuficiente (REDAÇÃO 01).

Trazendo ao leitor uma referência da lei que tem a função de proteger a mulher. Por último, a proposta de intervenção com uma solução para o problema desenvolvido no corpo do texto:

Cabe à sociedade, em parceria com a mídia e com as escolas, instruções sobre igualdade de gênero e campanhas de oposição à violência contra as mulheres (REDAÇÃO 01).

No quinto critério, avalia-se se a proposta de intervenção foi elaborada respeitando os direitos humanos. Na redação sobre publicidade infantil, podemos enfatizar no último parágrafo a solução apresentada e a autora citando a importância de ser discutido e ensinado em sala conceitos de cidadania, consumismo, publicidade, adequando a faixa etária:

No âmbito educacional, as escolas devem auxiliar na formação de cidadãos com discernimento e capacidade crítica. Desta forma, é importante que sejam ensinados e discutidos nas salas de aula os conceitos de cidadania, consumismo, publicidade e etc. [...] (REDAÇÃO 01).

Portanto, é necessário respeitar o cidadão a quem você se dirige em seu texto, bem como seus diretos. Feito isso, podemos abrir espaço para as possíveis dúvidas dos alunos.

Etapa 3 - Práticas de escrita

Como já mencionamos, o ideal é que o aluno conclua o ensino médio apto para ler e escrever fluentemente, onde essas competências não existem uma sem a outra, logo, para se ter um vocabulário amplo na escrita se faz importante a leitura. Dialogando com Antunes (2009, p. 196),

A competência em escrita é, do mesmo modo que todas as outras, resultado, também, de uma prática constante, persistente, refletida num processo de crescente aprimoramento. Desse modo, apenas a leitura não torna ninguém apto para escrever, pois esse é um processo contínuo, é necessário pôr em prática a escrita e todos os processos que envolvem.

Como cita Antunes (2009), ler e escrever é um processo contínuo e a prática é extremamente importante para o aperfeiçoamento, como também os processos que envolvem a prática da escrita.

Momentos 1, 2 e 3

Nessa etapa, os alunos iniciarão a escrita individualizada, numa folha de papel, a partir de temática ligada à **Violência contra a mulher**, buscando alcançar os cinco critérios estipulados pelo exame nacional. É interessante ser na mesma folha que o Enem distribui no dia do exame, com a mesma quantidade de linhas estipulada para que o aluno se adapte ao exame, traba-

lhando sua dificuldade se este mesmo escrever pouco ou muito, as linhas o guiarão durante a escrita.

No passo da reescrita, seria interessante o professor observar nos textos os desvios mais recorrentes nas redações e dessa forma rever com a turma o conteúdo, sanando dúvidas, por exemplo, se a questão for a estrutura do texto rever as ações textuais necessárias para escrita, se for gramatical, da mesma forma, trazendo uma perspectiva que vai além da nota.

Etapa - Ações de divulgação

Nesta etapa, a intenção é divulgarmos as produções dos alunos, “a fim de promovermos uma ação social para os textos dos discentes” (SOUZA-SILVA; COPPI, 2021, p. 157).

Momentos 1 e 2

Os gêneros textuais são bem comuns na escola e na sociedade em geral, mas os gêneros virtuais tomaram uma grande dimensão nos últimos tempos, utilizamos diversos deles diariamente, como e-mail, chat, chamada de vídeo, bate-papo, etc. Logo, por que não levá-los para a sala de aula?

Marcuschi (2008) nos dá quatro aspectos sobre a relevância de tais gêneros, um deles é “[...] a possibilidade de rever alguns conceitos tradicionais a respeito da textualidade” (p. 200). Logo, ao colocar as redações escritas pelos alunos numa rede social fugimos do tradicional e redimensionamos a forma de publicar um

texto, trazendo um novo conceito para sala de aula, mas tão comum na vida do aluno.

Os textos serão divulgados no Facebook, rede social muito utilizada pelos alunos. A publicação do texto é uma forma de outras pessoas terem acesso para leitura e incentiva à produção. Para fugirmos um pouco da aula tradicional, podemos pedir que os alunos levem os celulares para a aula e publiquem o seu texto, o corretor ortográfico disponibilizado pelo sistema operacional também ajudará a corrigir possíveis desvios ortográficos.

Outra possibilidade é a utilização dos textos pelo professor de sociologia na aula debatida sobre a temática, fazendo o texto ter circulação entre alunos. A publicação no WhatsApp num grupo criado pelo professor feito exclusivamente para isso também é válida. Assim, os textos terão circulação e utilidade, além do aprendizado durante o processo de escrita.

Como bem sabemos, não é do histórico do Enem repetir temas, mas nada impede de dentro do campo amplo da temática violência contra a mulher, pensar-se em outras proposições, a exemplo da exposição da mulher em mídias digitais por nós já mencionada, mas também propomos os seguintes temas:

Quadro 1 – Proposta de temáticas para redações

- 1 - A continuidade da violência contra a mulher negra
- 2 - A exposição de mulheres à exploração e tráfico sexual
- 3 - Os entraves sociais da mulher em situação de prostituição
- 4 - A persistência da violência de gênero em contraste com a discriminação de travestis e mulheres transexuais
- 5 - As representações e discriminações da mulher brasileira a partir da periferia
- 6 – A prática de violência contra a mulher no âmbito da saúde

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Posto isso, os seguintes estudos podem colaborar para o delineamento e elaboração de propostas em relação aos temas supracitados: Costa (2018), Ferreira (2018), Pereira (2019), Barreto (2013), Silva (2019) e Santana (2019), respectivamente, de diferentes áreas do conhecimento.

Considerações finais

Como visto, nossa sociedade apresenta marcas machistas, os números de agressão à mulher são elevados, as estatísticas não sofrem quedas significativas, logo, estratégias de enfrentamento precisam ser formuladas e o ambiente escolar pode proporcionar um trabalho educativo, de forma que o ensino caminhe lado a lado da formação do sujeito. Dessa forma, temos um motivo de trabalhar essas questões no âmbito escolar, visualizando o aluno como um agente de transformação social.

Quanto ao ensino do texto, observamos que a escrita anda ao lado da leitura, por isso a importância de ambas as competências serem desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa, priorizando o trabalho com a formação cidadã e proficiente dos alunos, como o estudo de temáticas que tenha um valor social. Posto isso, não deixamos de entender que o Enem, como toda prova, é uma forma de avaliação e esse processo até a escrita final deve ser apreciado, mas não deve ser limitado a cópias extensivas e valoração apenas de aspectos estruturais seguindo modelos pré-prontos.

Por fim, acreditamos que nossas proposições são valorosas para a formação de futuros professores, como para aqueles em formação continuada que estejam interessados na promoção de um ensino de língua(gem) funcional e interativo. Desse modo, esperamos em algum momento intervir como esta proposta em aula realidade escolar, mas também aguardamos relatos daqueles que se propuserem a fazer, compartilhando conosco entraves, ganhos e perspectivas.

Referências

ALVES, G. B. *Transexualidade e direitos fundamentais: O direito à identidade de gênero*. 2013. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução a pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial: 2008.

BRASIL. *Orientações curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC, Secretaria da Educação Básica, 2006a.

BRASIL. *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)*. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2006b.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais: terceiros e quartos ciclos: Orientação sexual*. Brasília, DF: 1998.

CAVALCANTE, J. M. *Por uma escola plural: a diversidade de gênero e sexual na perspectiva multicultural*. 2014. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

COSTA, K. M. da. *Discurso de ódio na rede social Facebook: vozes que reproduzem a misoginia racista presente na sociedade brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - com habilitação em Língua Inglesa) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

FERREIRA, P. R. *Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual: uma questão de segurança humana*. 2018. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, I. B. *Psicologia da educação*. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOURO, G. L. *Gênero sexualidade e educação*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais e ensino*. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZZERA, M. A. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, P. S. de. *Literatura na educação básica: o imaginário feminino em crônicas de Clarice Lispector e Conceição Evaristo*. 2020. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Línguas e Literatura na Educação Básica) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2020.

PEREIRA, N. B. *Vivendo na “batalha”*: um estudo sobre o trabalho de prostitutas na Feira Central em Campina Grande - PB. 2019. 172f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

SANTANA, A. S. *Violência obstétrica: Um desafio à humanização do parto*. 2018. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

SANTOS, I. K. L. dos. *Manda nudes: o PL 5555/2013 e a exposição sexual de mulheres na internet*. 2017. 31f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

SCHMIDT, S. P. “O Feminismo, ainda”, p. 291-304. In: Freitag, Raquel Meister Ko; Severo, Cristine Gorski (org.). *Mulheres, Linguagem e Poder - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015.

SILVA, A. de P. D da. *Identidades de Gênero e práticas discursivas*. In: SILVA, V. S. Campina Grande: EDUEP, 2008, p. 81-87.

SILVA, D. G. da. *Direitos humanos: educação e violência contra a mulher na cidade de Guarabira-PB*. 2019. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2019.

SILVA, J. L. M da. *Ensino do gênero redação/dissertação escolar: por uma escrita autoral e funcional*. 2018. 131f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

SOUZA, D. D. de. *A territorialidade envolvendo os corpos das mulheres: as relações de poder e conflitos no Campus III - UEPB*. 2018. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

SOUZA-SILVA, A. L. COPPI, D. dos S. M. Uma proposta de letramento social para aulas de Língua Portuguesa: respeito à diversidade sexual. In: ÁVILA-NÓBREGA, P. V.; MANGUEIRA, J. V. (org.). *Estudos sobre línguas e literaturas na educação básica*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, p. 134-161.

Recebido em 13/10/2019.

Aceito em 29/11/2019.

Licenciado por

